

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

Artivismo para uma existência moderna não colonizada

Artivismo para una existencia moderna incolonizada

Ângela Aparecida de Almeida¹

Lúcio Álvaro Marques²

Resumo:

O presente artigo pretende mostrar aspectos da colonialidade brasileira, que contribuem para uma estruturação das ideias eurocêntricas, bem como pontos positivos de movimentos artivistas que podem contribuir para a criação de um pensamento decolonial. São campeonos diversos conceitos, bem como pesquisas e dados relacionados aos temas abordados. Anibal Quinjano, Walter D. Mignolo, Pierre Levy e Paulo Freire são os autores que dão aporte ao tema, bem como David Buckingham, pesquisas da Rede de Observatórios da Segurança, entre outros.

Palavras-chave: Artivismo, Colonialidade, Decolonialidade, Educação.

Resumen:

Este artículo pretende mostrar aspectos de la colonialidad brasileña, que contribuyen a la estructuración de ideas eurocéntricas, así como puntos positivos de movimientos artivistas que pueden contribuir a la creación de un pensamiento descolonial. Se investigan varios conceptos, así como investigaciones y datos relacionados con los temas tratados. Anibal Quinjano, Walter D. Mignolo, Pierre Levy y Paulo Freire son los autores que aportan al tema, así como David Buckingham, investigación de la Security Observatories Network, entre otros.

Palabras clave: artivismo, colonialidad, descolonialidad, educación.

ISSN: 2359-1064

¹Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. E-mail: angelis@gmail.com. Orcid: 0000-0002-5385-9383

² Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais (DFICS) e no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação (PPG Educação). E-mail: lucio.alvaro.marques@gmail.com. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7571-0977>

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

Introdução

Nos dias atuais, tem-se falado bastante sobre o termo "colonialidade". De acordo Santos (2010), a colonialidade é um dos elementos constitutivos específicos do padrão mundial do poder capitalista. Ela se sustenta através da imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo. Ainda segundo os autores,

Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder (2009, p.5).

Mignolo (2017), em seu artigo "COLONIALIDADE O lado mais escuro da modernidade" discute amplamente o assunto. Ele analisa os cenários mundiais nos séculos XVI e XX, fazendo uma comparação. Por volta do ano 1500 tinha-se um mundo policêntrico e não capitalista, com diversas civilizações, grandes reinos e culturas coexistentes. O autor salienta que, no segundo cenário, no início do século XXI, o mundo está interconectado pela globalização de um tipo de economia (o capitalismo) e distinguido por uma diversidade de teorias e práticas políticas. Esta globalização possui dois lados: o da narrativa da modernidade e o da lógica da colonialidade.

Essas "modernidades", por assim dizer, precisam ser assumidas tanto por suas glórias quanto por seus crimes. Vamos nos referir a esse domínio global como "cosmopolitismo descolonial" (Mignolo, 2010). Ainda segundo o mesmo autor, em relação às glórias, pode-se dar todo crédito a esse mundo novo, conectado, culturalmente digital, cheio de opções *on-line* a todo tempo. E em relação a alguns de seus crimes, diversas práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis. E tudo isso sempre foi ocultado por trás da retórica da modernidade.

Este mundo conectado (reflexo da pós modernidade) esbanja informações, possui enorme notabilidade e trouxe consigo a chamada cultura digital. Ela é conhecida como cibercultura e que se refere às formas de usos e apropriações dos espaços virtuais feitos pelos sujeitos culturais. Para Lévy (1999), a cibercultura é o conjunto de técnicas

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

(materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço. E este novo "local" está repleto de informações, práticas e mecanismos que podem contribuir para a compreensão crítica dos sujeitos no que diz respeito ao colonialismo a que foram submetidos.

Paulo Freire afirma que

“[...] somente os seres que conseguem refletir sobre o fato de que são determinados são capazes de se libertar. Sua reflexividade resulta não apenas em uma consciência vaga e descompromissada, mas também no exercício de uma ação profundamente transformadora sobre a realidade determinante” (FREIRE, 1985, p. 68).

Essa perspectiva de libertação trabalha no sentido de que, indivíduos com tais características normalmente são participantes ativos das comunidades. Um jovem que participe e procure implementar ações a favor de uma coletividade pode considerado um ativista. O ativismo é entendido como a participação em ações que visam a transformação social, política, social, religiosa ou qualquer característica de identidade. Quando o ativismo é utilizado em meio virtual, ele é considerado como ciberativismo.

De acordo com Alcântara (2013), o ciberativismo possui profusas noções, conceitos e variáveis afins, tratados como sinônimos, como ativismo midiático, ativismo digital, novo ativismo, novíssimos movimentos sociais, click-ativismo, hacktivismo, smartmobs, ativismo eletrônico, desobediência civil eletrônica, ciberguerra, netwar, guerrilha de comunicação, dentre outros.

O ativismo pode ser usado de diversas formas, tais como passeatas, pinturas, fotografias e manifestações artísticas dos mais variados tipos. Para André Mesquita, a arte ativista é algo muito além das definições, aparentemente óbvias:

Considere que arte ativista é um compromisso de engajamento direto com as forças de uma produção não mediada pelos mecanismos oficiais de representação. Esta não mediação também compreende a construção de circuitos coletivos de troca e compartilhamento, abertos à participação social e que, inevitavelmente, entram em confronto com os diferentes vetores das forças repressivas do capitalismo global e de seu sistema de relações entre governos e corporações, a reorganização social das grandes cidades, o monopólio da mídia e do entretenimento por grupos poderosos, redes de influência, complexo industrial militar, ordens

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

religiosas, instituições culturais, educacionais etc. (MESQUITA, 2012,p.17).

Esta arte com viés ativista gerou um termo conhecido atualmente como "ativismo", no qual as pessoas fazem o uso de tecnologias e mídias diversas, a fim de intervir na sociedade através de ações artísticas. E pretende-se nesse artigo, mostrar como o indivíduo pode promover o ativismo, produzindo ações coletivas a fim de interceder nas normas vigentes em busca de uma existência não colonizada.

Colonialidades e os sujeitos nas escolas públicas

A colonialidade percorre a existência humana e as relações sociais em diversas perspectivas: colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza. Sob a perspectiva freireana, essas colonialidades se dão pela invasão cultural, ou seja, na “penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes a sua visão do mundo, enquanto lhes freiam a criatividade, ao inibirem sua expansão” (FREIRE, 1987).

Quinjano (2005) afirma que a Colonialidade do Poder se refere à construção do padrão de poder historicamente constituído sob as bases da modernidade (eurocentrismo), que se apoia a partir dos critérios raciais/étnicos, gênero, território, trabalho e sobre a ideia de racionalização, padrão de pensar e de se viver. Para o autor, tudo que foge aos padrões impostos por esta colonialidade (que confere poder de dominação) não possui legitimidade para seu exercício, pois não segue os critérios coloniais/modernos/europeus. E, desse modo, foram edificadas as classificações sociais, que legitimam lugares do dominador e dominado - opressor e oprimido - patrão e empregado - superioridade racial/étnica/geográfica e inferioridade racial/étnica/geográfica.

Porto-Gonçalves (2005) informa que a Colonialidade do Saber mostra o problema em uma perspectiva epistemológica eurocêntrica, que deslegitima e inviabiliza olhar para outros sujeitos, atrapalhando a consolidação de processos que considerem a diversidade de pensamento. Isso leva a um silenciamento e dos próprios genocídios que ocorreram nas resistências coloniais. O padrão de saber eurocentrado realiza ações para reprimir “as formas de produção de conhecimento dos colonizados”. (QUIJANO, 2005, p.121).

A chamada Colonialidade do Ser é o resultado da dinâmica da colonialidade do poder e do saber, que se dá nos processos de dominação que foram vivenciados

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

historicamente e culturalmente. Existe, então, a produção de representações sociais a partir da colonialidade do ser. Esta produção é base para constituição do ser negro, ser camponês, ser mulher, ser latino-americano, ser superior, ser inferior, entre outros.

A Colonialidade da Natureza se refere ao domínio da mesma (seu controle e administração). Mignolo (2017) afirma que, desde a primeira década dos anos 2000, a questão da natureza tem sido debatida no projeto modernidade/colonialidade. Os conceitos de natureza, segundo o autor, foram mudando ao longo dos tempos e principalmente após a revolução industrial.

A “natureza” se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas dos “mestres” dos materiais. O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada (MIGNOLO, 2017, p. 7).

“De acordo com os eixos da Colonialidade os sujeitos não podem, não sabem e não são, portanto, seus territórios de origem são insignificantes” (SILVA et al., 2014, p.16). Este movimento de colonialidades e estabelece pelo silenciamento, abafamento e extermínio dos modos de existência diferentes daqueles que são atribuídos pelos colonizadores. Tal fato se dá através de processos civilizatórios modernos, que se consolidam historicamente e atualmente segundo diversas estratégias de dominação socioeconômica, cultural e educacional.

É nesta perspectiva da dominação a nível educacional que pode ser percebido o quanto as escolas brasileiras carregam a herança de um passado colonial, que impôs a cultura e o conhecimento de povos dominantes. A escola é, certamente, uma instituição privilegiada no que diz respeito à centralidade que ocupa na sociedade. É esse o espaço que, segundo a legislação brasileira, todas as crianças e jovens, dos quatro aos dezessete anos, de norte a sul do país, devem frequentar diariamente (Brasil, 2013). E é nesse mesmo espaço que precisa haver uma alfabetização decolonial.

A expressão ‘decolonial’ é utilizada em referência a um conjunto de abordagens teóricas que têm emergência no final dos anos 1970 e início da década de 1980 e que descortinam “situações de opressão diversas” (CESAIRE, 1978, p. 90) geradas pela dominação.

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

Educação, ativismo e a colonialidade da educação

Quijano (2005) coloca que é preciso, em primeiro lugar, não perder de vista a coexistência da educação formal e dos processos de colonização. Analisando a época da colonização brasileira, a Europa era o padrão moderno de conhecimento, e os europeus “eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidirecional e contínuo da espécie” (Quijano, 2009, p.86) e, mais do que isto, eram considerados um modelo a seguir. E nessa época surgiu a escolarização em massa.

De acordo com o imaginário social, a escola de massas deveria ser responsável pela difusão dos conhecimentos acumulados pela sociedade. É bom lembrar que os saberes fundamentais passados eram fruto de uma seleção orientada por um padrão hegemônico de conhecimento, como afirma Boaventura de Sousa Santos:

O colonialismo, para além de todas as dominações porque é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma reflexão extremamente desigual entre saberes que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados, relegando muitos outros saberes para um espaço de subalternidade. (SANTOS, 2010, p. 23).

É nessa época que surge, segundo Mignolo (2017), uma hierarquia estética que, através das suas respectivas instituições (os museus, as escolas das belas artes, as casas de ópera, as revistas lustrosas com reproduções esplêndidas de pinturas), administra os sentidos e molda as sensibilidades ao estabelecer as normas do belo e do sublime, do que é arte e do que não é, do que será incluído e do que será excluído, do que será premiado e do que será ignorado.

Desse modo, a escola toma para si o papel de homogeneizar e padronizar conhecimentos, valores, culturas, economias e espaços. Ela acolhe e inclui os estudantes vindos de todas as camadas populares, as crianças e jovens negros, indígenas, camponeses, moradores de ocupações urbanas numa promoção de ‘educá-los, de salvá-los, de aculturá-los, de civilizá-los’. E, ao mesmo tempo, ao sujeitá-los a uma cultura que não tem a ver com sua realidade, ao forçá-los a seguir padrões que não os seus, os leva ao fracasso, desistência e à exclusão dentro da própria instituição.

A fim de fugir desse padrão colonizado de educação, deve-se repensar currículos, criar dinâmicas, produtos e conteúdos emancipatórios, que contemplem saberes e

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

experiências dos próprios jovens, a fim de valorizar sua diversidade de culturas. O ativismo trabalhado na esfera educacional pode contribuir para o desenvolvimento de uma reflexão crítica acerca dos resquícios coloniais nas dinâmicas educativas contemporâneas, tendo em vista que:

[...] a teoria pós-colonial é um importante elemento no questionamento e na crítica dos currículos centrados no chamado cânon ocidental das grandes obras literárias e artísticas. A teoria pós-colonial, juntamente com o feminismo e as teorizações críticas baseadas em outros movimentos sociais, como o movimento negro, reivindica a inclusão das formas culturais que refletem a experiência de grupos cujas identidades culturais e sociais são marginalizadas pela identidade europeia dominante (SILVA, 2011, p. 126).

Decolonialidade - arte e ativismo como recursos para mudanças

No século XXI poderia se dizer que o império acabou e o colonialismo foi derrotado. Em partes, pois sabe-se que a narrativa construída em tal período continua patente na ideologia identitária nacional e influencia profundamente as relações entre os indivíduos, assim como a organização social. O fim do período colonial como estratégia de controle militar e territorial não significou o fim das formas de dominação e colonialismo, e é isso que os estudos decoloniais procuram enfatizar.

Abordagens decoloniais tornaram-se temática incontornável para a pesquisa nas artes (PALERMO, 2009), na educação, nas letras e em todas as áreas no campo das ciências humanas (MIGNOLO, 2015). Tais estudos mostraram enorme expansão a fim de dar visibilidade a vozes excluídas, marginalizadas e, sobretudo, colocadas em posições hierarquicamente arranjadas para que determinados grupos tenham poder de fala em detrimento de outros.

Sabe-se que existem ativismos sendo observados em diversos espaços. Pode-se unir protesto político e arte em performances de tecnologia digital, redes sociais, teatro, dança e/ou música, entre tantas outras possibilidades. É necessário que haja debate e ensino das culturas que foram privadas de se mostrar, de se orgulhar e de se fazerem ouvir. As vozes, culturas e artes silenciadas pela colonialidade podem ser trabalhadas artivisticamente nos movimentos de cunho social e/ou político, de modo a provocar

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

embates, questionamentos e reivindicações.

Mourão (2015) reflete sobre estes movimentos sociais:

O recurso a estratégias de dissensão que podem ser colocadas em paralelo com as dissensões formais do campo artístico, permitem a qualquer pessoa motivada ganhar voz na esfera pública e tornar-se num ator político, aprofundando a Democracia para além do sistema institucionalizado de partidos, sindicatos, associações patronais ou governos (MOURÃO, 2015, p. 60).

O movimento de descolonização é tenso. É um tipo de tensão que deseja balançar e fazer desmoronar a estrutura horizontal de modelo eurocêntrico. "A opção de(s)colonial se orienta em direção à pluriversalidade como projeto universal" (MIGNOLO, 2008, p.9). Decolonizar requer lutas políticas contra hegemônicas. Os activismos que se inserem em lutas de minorias marginalizadas podem ser, portanto, dependências artísticas decoloniais.

Um exemplo que pode ser analisado é do Brasil. Atualmente, parcela conservadora da população está aliada a projetos capitalistas da elite. Tais projetos visam descredibilizar as lutas das mulheres, dos negros, dos indígenas, dos LGBTQ+, das pessoas com necessidades especiais, dos *queer*, entre outros. Para tanto, utilizam-se de falsas notícias espalhadas pela rede mundial de computadores e manipulam pensamento por meio das mídias. Tais projetos procuram calar outra vez, as vozes que já haviam sido caladas através da colonização.

Esta descredibilização das lutas e conquistas das minorias tendem a gerar movimentos repletos de violência. Isso pode ser observado num documento produzido pela Rede de Observatórios da Segurança (2020), no período de um ano (junho de 2019 a maio de 2020), onde foram monitorados 12.559 eventos ligados à segurança pública e casos de violência. As ações de policiamento foram as mais numerosas, representando 56,2% do total. Tais dados podem ser vistos de forma mais abrangente na Imagem 1, a seguir:

ISSN: 2359-1064

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.



Fonte: Rede de Observatórios de Segurança

Ainda segundo o mesmo documento, a construção histórica no Brasil de um estereótipo racializado (fruto da colonialidade) que configura o “criminoso” tem conexão com a ideia das classes perigosas do início do século passado e com o projeto civilizatório eugênico de embranquecimento do país e de eliminação física do outro. Porém, graças ao advento da Internet e todos seus mecanismos, vários dados podem ser mostrados, analisados e com isso, propiciar ações de mudança de pensamento e comportamento. A Imagem 1, mostrada anteriormente, mostrou que cerca de 10,7% são dados de violência relacionada à mulher, 5,3% violência contra crianças e adolescentes e 12,4% violência utilizando armas de fogo. Tais dados não especificam se a população que sofreu a violência era branca ou negra. Porém, de acordo com o Atlas da Violência, elaborado pelo IPEA (2019),

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos. (IPEA, 2019, p. 49)

Vê-se então que a população que mais sofre violência das mais variadas formas no

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

Brasil é a população negra. Além da violência presencial, a cibercultura permite um outro tipo de violência até então não conhecida, a virtual. Pode-se atribuir tal fato ao advento *on-line* da modernidade, trouxe consigo o crescimento do número de redes sociais e, conseqüentemente do número de indivíduos que passam os dias conectados, e tal fato permitiu que praticamente tudo possa ser feito pela Internet. Porém, conforme Buckingham (2019) é importante não colocar as mídias como única fonte de verdades, oportunidades e/ou inovações, a fim de que elas não criem fronteiras impessoais e artificiais entre a tecnologia e os usuários. O autor defende que haja uma capacitação que promova uma consciência acerca dos riscos da cultura digital, que favoreça a desmistificação da mídia e fomenta a criação de pensamento crítico por meio da análise de mídia. Esta abordagem educativa é conhecida como AMI (alfabetização midiática e informacional).

Tal processo de alfabetização midiática pode ajudar a população pesquisar informações recebidas, a fim de não propagar inverdades (*fake news*), além de não contribuir com este projeto elitista eurocêntrico que ameaça a democracia, promove violência e tenta conter as vozes das minorias. Esta atuação pode ser feita por mecanismos interessantes e dinâmicos variados, através de projetos artivistas, por exemplo. A Unesco (2019), em seu documento "*Alfabetização Midiática e Informacional, Diretrizes para a Formulação de Políticas e Estratégias*" designa em seu capítulo quatro, que o Ministério da Educação deve ser o ator responsável por inserir a AMI nos currículos escolares e do ensino superior. E ainda informa que sindicatos de professores, sindicato de bibliotecários e/ou associações de bibliotecas podem:

criar e apoiar programas da AMI na escola e fora dela voltados para crianças e jovens e também para igualdade de gênero por meio de workshops/ seminários sobre alfabetização midiática e informacional, estimular o compartilhamento de "melhores práticas" – conhecimento, habilidades e ativismo – entre os educadores e alunos de mídia e informação. (UNESCO, 2019, p. 139)

ISSN: 2359-1064

O que se pretende através da alfabetização crítica da mídia é um desenlace educacional que seja capaz de ampliar a consciência através de diferentes formas de comunicação de massa, de cultura popular e tecnologias digitais. Tendo o indivíduo a sua criticidade desenvolvida, ele é capaz de fazer análises mais coerentes da sua realidade.

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

E, utilizando ferramentas de produção de mídia alternativa, ele tem o poder de criar suas próprias mensagens artisticamente, que podem desafiar textos e narrativas de mídia convencionais.

Considerações Finais

A educação de massa proposta desde os tempos de colonização teve diversas mudanças ao longo dos séculos. Porém, Paulo Freire alertava para uma educação bancária, que não estimulava a criatividade e criticidade:

Na medida em que essa visão 'bancária' anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu 'humanitarismo', e não o seu humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. (Freire, 2005, p.69).

Sabe-se que a Base Nacional Comum Curricular (2019) possui uma série de habilidades e competências que devem ser desenvolvidas pelos alunos ao longo do ensino básico, justamente para que esta educação bancária seja desestimulada. Dentre estes aprendizados, destaca-se a inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, a fim de que o aprendizado ultrapasse a simples retórica e permita que se defenda o estudo dessas populações como artistas da história do Brasil.

Assim, é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas indígenas, afro-brasileiras, quilombolas, ciganas e dos demais povos e comunidades tradicionais para compreender suas características socioculturais e suas territorialidades. Do mesmo modo, é necessário que eles diferenciem os lugares de vivência e compreendam a produção das paisagens e a inter-relação entre elas, como o campo/cidade e o urbano/rural, no que tange aos aspectos políticos, sociais, culturais, étnico-raciais e econômicos. (MEC, 2019, p. 370)

É necessário que hajam movimentos artistas, educacionais, sociais e culturais que não apenas resistam à colonialidade contemporânea, mas que também mostrem que é possível reinventar a existência para além dos regimes de governação da vida, tais como o capitalismo, a heteronormatividade, a branquidade,

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

dentre outros. Como propõe Oliveira e Candau (2010, p.26), "precisamos de um pensamento crítico que nos auxilie a formular novas interpretações do mundo".

E, como diz Mignolo (2017, p.14), "a meta das opções descoloniais não é dominar, mas esclarecer, ao pensar e agir, que os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global em que uma única opção é disponível; afinal, quando apenas uma opção é disponível, "opção" perde inteiramente o seu sentido".

Referências

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. **Ciberativismo: mapeando discussões**. 37º Encontro Anual da ANPOCS. 2013. SPG 01 Tecnologia, inovação e ciberativismo. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/37-encontro-anual-da-anpocs>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 20 nov. 2020.

BUCKINGHAM, David. (2019). **O manifesto de educação para a mídia**. Cambridge, Reino Unido: Polity Press.

CESAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa. Livraria Sá Costa Editora, 1978.

FREIRE, P. **The Politics of Education: culture, power, and liberation**. South Hadley, Mass: Bergin & Garvey, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17 º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MEC - Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf Acesso em: 24 jan. 2021.

MESQUITA, A. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial**. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792008000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.



ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

MIGNOLO, Walter D., “**Cosmopolitanism and the de-colonial option**”. Studies in Philosophy and Education, 29 (2010): 111-127.

MIGNOLO, W. **Habitar la frontera: sentir y pensar ladescolonialidad** (Antología, 1999-2014). Barcelona: CIDOB/Universidad Autónoma de Ciudad Juárez, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **COLONIALIDADE: O lado mais escuro da modernidade**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [S.L.], v. 32, n. 94, p. 01-18, 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

MOURÃO, Rui. **Performances artistas: incorporação duma estética de dissensão numa ética de resistência**. In: Cadernos de Arte e Antropologia.V. 4, n. 2, p. 53-69, Salvador, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/909>. Acesso em: 19 nov. 2020.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. In: Educ. rev.[online]. 2010, vol. 26, n. 1, pp.15-40. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2020

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In.: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set.2005.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73-118.

PALERMO, Z. **Arte y estética en la encrucijada decolonial**. Buenos Aires: Del Signo, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Walter. **Apresentação da edição em português**. In.: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, set.2005

REDE DE OBSERVATÓRIOS DA SEGURANÇA. **RACISMO, MOTOR DA VIOLÊNCIA**. 2020. Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para além do pensamento abissal**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J. F. da et al. **Paradigmas da educação do campo: um olhar a partir dos estudos pós-coloniais latino-americanos**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n.2, p. 09-38, jul./dez.2014.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Alfabetização Midiática e Informacional: diretrizes para a formulação de políticas e estratégias**. 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000246421?posInSet=3&queryId=339ec044-9741-4750->

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á.

9f92-66b8e7657a05. Acesso em: 26 jan. 2021.

INICIAÇÃO

Como citar este artigo (ABNT)

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á. **Artivismo para uma existência moderna não colonizada**. Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, MG, v. 8, n. 2, p. XXX-XXX, 2021. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

Como citar este artigo (APA)

ALMEIDA, Â. A.; MARQUES, L. Á. (2021). **Artivismo para uma existência moderna não colonizada**. Revista Iniciação & Formação Docente, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.

FORMAÇÃO DOCENTE

Recebido em: 28/05/2021

Aprovado em: 28/07/2021

Publicado em: 31/07/2021

ISSN: 2359-1064